

Anais do Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião

anais.est.edu.br/genero

ECOLOGIA | ECONOMIA | ECUMENISMO

ECOLOGIA | ECONOMIA | ECUMENISMO



UMA ANÁLISE SOBRE A REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO A PARTIR DO CURRÍCULO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DE PELOTAS-RS (1875-1910)

An analysis of gender representation from the curriculum of the Pelotas-RS Institutions of Teaching (1875-1910)

Helena de Araujo Neves*
Luciano Pereira dos Santos**
Cátia Simone Ribeiro Barcellos***

Resumo

Esta pesquisa tem abordagem sócio-histórica e como procedimento metodológico a pesquisa documental – realizada por meio do conteúdo de propagandas escolares publicadas em periódicos que circularam em Pelotas-RS e através de relatórios intencionais. Este artigo tem por objetivo apresentar algumas diferenças na oferta do ensino primário e secundário privado para meninos e para meninas durante a segunda metade do século XIX e princípio do século XX. Com a investigação analisou-se que os discursos expressos nos anúncios sobre o ensino primário e secundário feminino e masculino contribuíram para uma construção de representação de gênero. Também se identificou uma ampliação das disciplinas ofertadas para o público feminino e, ainda que conteúdos voltados para a civilidade se fizessem presentes, algumas instituições de ensino e atores sociais começavam a defender e a criar alternativas para a implantação de uma “emancipação feminina” – por meio do acréscimo de saberes – que foi divulgado nas propagandas escolares.

Palavras-chave: Representação de Gênero. Propaganda. Ensino Privado.

Abstract

* Publicitária, mestra e doutora em Educação. Professora Adjunta lotada nos cursos de Design do Centro de Artes da Universidade Federal de Pelotas-UFPEL/RS/Brasil. Contato: profhelenaneves@gmail.com

** Sociólogo e Cientista Político, Mestre e Doutorando em Educação – PPGE/FaE/UFPEL – Grupo de Pesquisa Processo de Trabalho Docente, D’GENERUS – Núcleo de Estudos Feministas e de Gênero da Universidade Federal de Pelotas - UFPEL/RS/Brasil. Contato: lucianopereiraluciano@gmail.com

*** Mestre em Educação, Professora da rede municipal de ensino na cidade de Pelotas-RS/Brasil e doutoranda em Educação – PPGE/FaE/UFPEL. Contato: csrb@terra.com.br

This research has a socio-historical approach and as a methodological procedure the documental research - accomplished through analyzing the content of school advertisements published in periodicals that circulated in Pelotas-RS and through internal reports. This article aims to present some differences in the supply of primary and secondary private education for boys and girls during the second half of the nineteenth century and the beginning of the twentieth century. With the research, it was analyzed that the discourses expressed in the announcements about primary and secondary education for girls and boys contributed to the construction of gender representation. A broadening of the disciplines offered to the female audience was also identified and, although content aimed at civility were present, some educational institutions and social actors began to defend and create alternatives for the implantation of a "feminine emancipation" - through the increment of knowledge - which was publicized in school advertisements.

Keywords: Gender Representation. Advertising. Private Education.

Considerações Iniciais

Este artigo tem por objetivo apresentar algumas informações acerca das diferenças de oferta do ensino privado para meninas e para meninos – de nível primário e secundário – da cidade de Pelotas-RS, existente durante a segunda metade do século XIX e princípio do século XX. Para isso centrou-se a investigação em um referencial teórico-metodológico que pudesse sustentar tal pesquisa, que usou como técnica de coleta de dados a análise documental – utilizando-se como fonte primordial propagandas de escolas divulgadas em periódicos. O estudo maior que originou este artigo¹ centrou-se em analisar o ensino privado, portanto, os dados aqui apresentados vinculam-se a essa esfera de ensino. Diante do exposto, as problematizações apresentadas neste texto têm a intenção de corroborar com os estudos sobre o currículo no Brasil, em especial levando-se em consideração as diferenças existentes no currículo dos gêneros feminino e masculino nesse momento histórico analisado, bem como o papel atribuído ao ensino fundamental/primário e médio/secundário.

¹ NEVES, Helena de Araujo. *A "Alma do Negócio": Aspectos da educação em Pelotas-RS na Propaganda Institucional (1875-1910)*. [Dissertação de Mestrado]. Pelotas: Faculdade de Educação da UFPel, 2007.

“Condições de admissão”²: o ensino privado em Pelotas

Por mais de duzentos anos, os jesuítas mantiveram no Brasil um sistema escolar de ensino que visava ao preparo dos jovens da elite brasileira para estudar em Coimbra ou na França. O alvará do Marquês de Pombal, em 1759, resultou no fechamento de colégios jesuítas mantidos no Brasil, quebrando o monopólio que, até então, a ordem exercia. No ano de 1772, a Coroa Portuguesa propôs as aulas-régias, que eram disciplinas autônomas e isoladas, ministradas por diferentes professores, sem articulação com os demais, ou com uma escola. Já a constituição de 1824, em seu art. 179, XXXII, estabelecia que “a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”. Entretanto, Elomar Tambara e Eduardo Arriada³, lembram “que não era citado de onde viriam as verbas para garantir a gratuidade.” Com relação à criação de instituições de ensino, a lei de 15 de novembro de 1827, decretada por D. Pedro I, considerando a necessidade de facilitar a instrução no que se referia ao estudo das primeiras letras, e entendendo que não era possível estabelecer escolas em todos os lugares do Reino por conta da Fazenda Pública, permitiu a qualquer cidadão o ensino e abertura de escolas de primeiras letras. Dessa forma, verificou-se, por meio da lei, que o Estado assumiu o papel de educador, mas impotente, “não conseguiu universalizar o indispensável estudo das primeiras letras, repassando, parcialmente, essa responsabilidade para a iniciativa privada.”⁴

Durante o Período Imperial havia, nas Províncias, intensas discussões acerca da necessidade da escolarização da população, sobremaneira das camadas inferiores da sociedade. Todavia, a presença do estado no tocante à educação, neste período, como observado, pode ser considerada pequena e pulverizada. No Rio Grande do Sul, segundo Tambara:

[...] a ideia da liberdade de ensino constitui a pedra angular da estrutura escolar que se vai instalando na província. Apesar de em meados do século os secretários se preocuparem com o controle dos estabelecimentos particulares de ensino. Esta é uma atitude que paulatinamente vai cedendo terreno para a implantação de um

² Expressão encontrada nos anúncios ao definir o que seria exigido dos alunos para terem acesso ao ensino privado.

³ TAMBARA, Elomar; ARRIADA, Eduardo. *Coletânea de Leis sobre o ensino primário e secundário no Período Imperial Brasileiro*. Pelotas: Seiva, 2005.

⁴ CURY, Carlos Roberto Jamil. O Público e o Privado na História da Educação Brasileira – Concepções e Práticas Educativas. In: LOMBARDI, José; JACOMELI, Mara Regina M.; SILVA Mara T. da (Orgs.). *O Público e o Privado na História da Educação Brasileira: concepções e práticas educativas*. Campinas: Autores Associados, 2005, p. 4.

sistema genuinamente positivista seguindo o lema: ensina quem quer onde quiser e como puder. Por uma série de circunstâncias o ensino privado procurava na liberdade de ensino uma forma de escapar do controle provincial sobre suas atividades⁵.

Nesse mesmo sentido Carlos Roberto Jamil Cury afirma que, no Brasil, se o princípio da educação pública tinha sua matriz no princípio da igualdade, a da educação escolar, sob instituições privadas, se aninhava no princípio da liberdade de ensinar, inclusive algo de diferente, “desde que garantidos os elementos comuns e desde que esse diferencial seja consequente com os princípios de uma sociedade democrática.”⁶ Assim, o ensino no Rio Grande do Sul passava por um processo de exclusão de significativos contingentes da população no que se referia à instrução elementar e, principalmente, à oportunização do ensino secundário. Este aspecto decorria principalmente porque, na Província, assim como no resto do Brasil, o ensino era uma reserva de mercado da iniciativa privada; “assim somente aqueles segmentos da população que podiam arcar com o ônus do ensino pago é que prosseguiram nos estudos.”⁷ A exclusão, para Maria Luisa Santos Ribeiro, não ocorria gradativamente de um nível de ensino para o outro, mas, sim, marcadamente, no início da escolarização – já que a grande maioria não tinha condições, e boa parte, nem interesse, diante do regime de vida a que estava submetida, em ingressar e permanecer na escola⁸. A reduzida camada da classe média é que, aos poucos, nas últimas décadas do império, ampliou-se e pressionou a abertura de escolas.

Com relação aos primórdios da escolarização em Pelotas, sabe-se do funcionamento, “em 1832, de cinco aulas particulares, frequentadas por 244 alunos, sendo 35 do sexo feminino.”⁹ O nome de Pelotas como importante centro educacional da Província, conforme Carlos Reverbel, “vinha desde 1832, quando foram fundados os primeiros colégios particulares de projeção que começaram a ser frequentados por estudantes oriundos de quase todos os rincões gaúchos.”¹⁰ Durante a segunda metade do século XIX, Pelotas abrigou um número expressivo de instituições de ensino particulares.

⁵ TAMBARA, Elomar. *Problemas Teórico-Metodológicos da História da Educação*. Campinas: HISTEDBR, 2000, p. 102.

⁶ CURY, 2005, p. 11.

⁷ TAMBARA, 2000, p. 66.

⁸ RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da Educação Brasileira – A organização Escolar*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

⁹ MAGALHÃES, Mario Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – Um estudo sobre a História de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: Editora da UFPel, 1993, p. 225.

¹⁰ REVERBEL, Carlos. *Um Capitão da Guarda Nacional – vida e obra de J. Simões Lopes Neto*. Caxias do Sul: Martins Livreiro, 1981, p. 35.

Eram conceituadas escolas particulares de ensino primário e, mesmo, de humanidades que nada ficavam a dever às da capital rio-grandense na mesma época¹¹.

Por meio das propagandas impressas encontradas com uma pesquisa mais ampla¹², que acabou gerando dados para este artigo, observou-se que de 1875 a 1910 a oferta do ensino primário era maior em relação ao ensino secundário: 37 escolas femininas e 42 masculinas. Isso porque provavelmente eram poucos aqueles que conseguiam manter seus estudos em escolas privadas – em que o nível secundário tornava-se, muitas vezes, mais oneroso do que o primário. Por outro lado, o número de instituições de ensino secundário feminino encontrado (21) era significativo se comparado ao número de escolas secundárias masculinas (35). De qualquer forma, é preciso considerar que a quantidade¹³ de alunos(as) homens nas instituições era maior do que a das mulheres, chegando, muitas vezes, ao dobro desta.

Assim, reflete-se sobre o fato de que o ensino privado, como mencionado anteriormente, era livre no Rio Grande do Sul. Para Regina Portella Schneider, “essa liberdade de ensino acabava trazendo efeitos negativos no que se refere à oferta do ensino público.”¹⁴ Aliás, como já observado, no Brasil em geral havia o incentivo do Estado para a proliferação do ensino particular, tanto no período colonial como durante o Império. É importante perceber, portanto, que, no momento educacional investigado, o ensino público não tinha o *status*, a credibilidade, e o incentivo do Estado.

O Ensino Primário x o Ensino Secundário para meninas e para meninos

As escolas de caráter privado, tanto para o sexo feminino quanto para o masculino, encontradas nesta pesquisa, deixaram evidenciados em seus anúncios as disciplinas que eram oferecidas, a localização da instituição, o seu programa, os valores cobrados, bem como seu corpo docente e dirigente. É importante destacar que, nesse período, essas instituições deveriam manter os pais de seus alunos informados caso houvesse alguma

¹¹ REVERBEL, 1981.

¹² NEVES, Helena de Araujo. *O ensino privado em Pelotas-RS na Propaganda Impressa: séculos XIX, XX, XXI*. [Tese de Doutorado]. Pelotas: Faculdade de Educação da UFPEL, 2012.

¹³ Esses dados foram observados tanto pelo conteúdo de alguns anúncios – que divulgavam o número de alunos – como através dos seguintes relatórios: Relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública 1901, Relatório da Intendência de Pelotas de 1912 e Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior de 1899 [sic].

¹⁴ SCHNEIDER, Regina Portella. *A Instrução Pública no Rio Grande do Sul 1770-1889*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993, p. 283.

modificação no contrato firmado. Esta realidade ficou evidenciada no Art.107º, parágrafo 2º, do Decreto Nº 1331, de 17 de fevereiro de 1854, no Capítulo Único “do Ensino particular primário e secundário”, quando foi vetado aos diretores: “mudar, sem previa declaração e licença, o caracter de seu estabelecimento, quer estendendo programa, quer deixando de observar e de cumprir os empenhos tomados com as famílias nos prospectos ou anúncios.”[sic]¹⁵

As disciplinas ministradas em Pelotas, no período compreendido por esta investigação, serão divulgadas no intuito de apresentar o tipo de ensino ofertado aos pelotenses, além de contextualizar as ideias que se tinha nesse momento histórico sobre os “papéis” adequados aos homens e às mulheres. Estas informações são subsídios para pensar o papel dos saberes na vida dessa sociedade específica e às questões de gênero que esses dados carregam consigo – aspecto este bastante pesquisado em todo o Brasil. Em especial ao analisar os estudos de Guacira Louro, quando essa afirma que: “[...] as definições de homem e mulher, do masculino e feminino são efetivamente **construções históricas** e não um simples reflexo de um fato biológico.”¹⁶

De posse desse entendimento, foi importante saber o que apresentava o Art.4º do decreto nº 7247, de 19 de abril de 1879, sobre o que deveria constar nas disciplinas das escolas primárias de 1º grau dos municípios da Corte:

[...] instrução moral, instrução religiosa, leitura, escripta, noções de cousas, noções essenciaes de grammatica, princípios elementares de arthmética, syxtema legal de pesos e medidas, noções de historia e geographia do Brazil, elementos de desenho linear, rudimentos de musica, com exercícios de solfejo e canto, gymnastica, costura simples (**para meninas**)¹⁷. [sic]

Já as de 2º grau, do ensino primário, constavam da continuação e desenvolvimento das disciplinas ensinadas nas de 1º grau e mais das seguintes:

[...] princípios elementares de álgebra e geometria, noções de physica, chimica natural, com explicação de suas principaes applicações á industria e aos usos da vida, noções geraes dos deveres do homem e do cidadão, com explicação succinta da organização política do Império, noções de lavoura e horticultura, noções de economia social (para os meninos), noções de economia domestica (**para as**

¹⁵ TAMBARA; ARRIADA, 2005, p. 64.

¹⁶ LOURO, Guacira. *Uma leitura da história da educação sob a perspectiva do gênero*. Porto Alegre: Teoria e Educação, 1992, p. 118. [Grifo nosso]

¹⁷ TAMBARA; ARRIADA, 2005, p. 77. [Grifos nossos]

meninas), pratica manual de officios (*para meninos*), trabalhos de agulha (*para meninas*)¹⁸. [sic]

Tomando-se a legislação da época como base de análise torna-se necessário refletir sobre o fato de que o conceito de gênero é apresentado nos seguintes termos: “[...] gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder.”¹⁹ Portanto, percebe-se que em Pelotas os papéis sociais eram construídos e também legitimados dentro das escolas utilizando-se do currículo para esse fim. Com base no *corpus* documental organizado, foi possível encontrar sinais relativos aos planos de estudo de cada instituição condicionados ao nível de ensino oferecido e ao gênero da(o) estudante. Com os dados coletados na investigação, montou-se, então, um quadro referente ao ensino privado de Pelotas que pode ser visualizado a seguir:

¹⁸ TAMBARA; ARRIADA, 2005, p. 77. [Grifos nossos]

¹⁹ SCOTT, Joan. *Gênero: Uma categoria útil para análise histórica*. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1995, p. 14.

Quadro 1 – Disciplinas oferecidas pelo ensino privado em Pelotas, segundo as Propagandas Institucionais (1875-1910).

DISCIPLINAS OFERECIDAS PELO ENSINO PRIVADO EM PELOTAS (1875-1910)			
Feminino Primário	Feminino Secundário	Masculino Primário	Masculino Secundário
<ul style="list-style-type: none"> - álgebra; - alemão; - análise grammatical; - applicação aos systema métrico decimal; - arithmetica até as quatro operações; - bordados a ouro, seda, froco, branco, flores de papel e cera; - botânica; - calculo; - calligraphia; - canto; - cathecismo; - chorographia do Brazil; - civilidade; - compor cartas, themas, e declamação; - contabilidade; - correspondencia epistolar; - cortar vestidos e coser em maquina; - cosmographia; - costura a mão e a machina; - dança; - desenho; - doutrina christã; - economia domestica; - francez; - geographia do Brazil; - geographia terrestre e astronomica; - grammatica elementar; - grammatica nacional; - hespanhol; - historia do Brazil; - historia natural; - historia romana e mythologia; - historia sagrada; - história universal; - inglez; - italiano; - leitura de autores clássicos e de letra manuscriptas; - leitura de prosa e verso; - leitura recreativa e fabulas; - leitura; - lições orais de urbanidade; - musica vocal e instrumental; - ortographia theorica e pratica; - piano; - pintura oriental; - pontos de lã baixo e alto relevo, a soutache, a canutilho, a contas, a fróco, a seda, a prata, a ouro e flores de diversas qualidades; - pontos de malha; - portuguez; - proporções progressivas; - prosa e verso; - prosódia e metrificacão; - redacção; - rendas de malha, pontos de lan e crochet, trabalhos de coral, de solla, de cortica, de musgo. 	<ul style="list-style-type: none"> - álgebra; - alemão; - analyse oral e escripta dos clássicos; - bordado a ouro, matiz e branco; - caligraphia; - cortezias adequadas aos deveres de uma perfeita dona de casa; - cosmographia; - desenho e pintura a óleo sobre tela, seda, porcelana e crystal; - elementos de culinária; - francez; - geographia geral e pátria; - noções de litteratura; - habilidades de agulha; - historia do brazil e universal; - inglez; - geometria; - italiano; - latim; - lingua portugueza; - musica; - mythologia; - phylosophia; - piano; - pintura oriental; - redacção; - rethorica; - trabalhos de agulha; - trabalhos domésticos. 	<ul style="list-style-type: none"> - álgebra; - arithmetica; - as quatro operações arithmeticas e sua applicação ao sistema métrico decimal; - calligraphia; - chimica; - desenho linear; - esgrima e gymnastica; - francez; - geografia (divisão das cinco partes da terra, sua configuração, limites, systemas hydrograficos e ortographicos). - geographia geral; - grammatica oral; - grammatica portugueza; - historia do Brazil; - historia universal; - inglez; - historia universal; - latim; - leitura; - lingua portugueza; - litteratura; - mathematica; - musica; - noções de historia sagrada; - noções elementares de geometria; - operações sobre números inteiros e decimaes; - ortographia pratica e theorica; - philosophia; - physyca; - prosa e verso nos melhores clássicos; - rethorica e poética; - rudimentos da lingua latina; - systema metrico decimal; - systema métrico francez. 	<ul style="list-style-type: none"> - álgebra; - arithmetica; - francez; - geographia; - geometria plana e no espaço; - história do brazil com especialidade da provincia; - historia universal; - inglez; - latim; - mathematica; - rethorica; - trigonometria rectilinea e princípios geraes de geometria analytica; - curso commercial (e demais disciplinas preparatórias exigidas para o curso das diferentes carreiras scientificas); - escripturação mercantil (curso).

Fonte: Neves, 2007.

Por meio dos conteúdos dos anúncios, e da organização do quadro 1, verificou-se a ampliação do currículo das escolas com o passar do tempo – em especial as voltadas para o ensino feminino, que aos poucos foram tendo o acréscimo de conhecimento geral. Para Marcos Hallal dos Anjos, “enquanto o saber corriqueiro aponta para o fato de que o sexo

feminino recebia um aprendizado restrito”²⁰, esse destaca que, em 1876, o programa do Colégio para meninas, Mme. Audissou compreendia o ensino de francês, história da pátria e universal, antiga e moderna, geografia, contabilidade, escrita e noções científicas sobre os diferentes ramos dos conhecimentos humanos. No entanto, verificou-se, no Regulamento de Instrução Primária e Secundária da Corte de 1854 (Reforma Couto Ferraz), que o currículo relativo às aulas primárias de meninas estabelecia limites no ensino de álgebra, geometria, gramática, história e geografia pátrias, matérias que constavam regularmente na grade das escolas dos meninos. Para as alunas, a doutrina cristã, a leitura, a escrita e o cálculo elementar acrescidos das aulas de agulha, bordados e costura, eram considerados ensinamentos básicos. À primeira vista, conforme o estabelecido pela legislação, a formação das meninas visava à vida doméstica, em detrimento da vida pública, reservada aos futuros homens. Segundo Louro houve, no século XIX, um discurso segundo o qual para os indivíduos do sexo feminino era suficiente uma educação moral sólida, visando à formação de esposas e mães, em detrimento da instrução escolar propriamente dita, a qual poderia ser superficial e meramente ilustrativa²¹.

Ao discutir o papel social dos homens e das mulheres em Pelotas, destaca-se o que vinha ao encontro da legislação vigente no período que se investigou e o que se detectou de diferente do que era proposto na educação nacional. Assim, constatou-se, nesse momento histórico, uma restrição às disciplinas que envolvessem cálculos no currículo do ensino feminino. De fato, essas eram disciplinas que não foram encontradas na totalidade dos estabelecimentos de ensino feminino pelotenses, mas se verificou sua oferta em instituições como o Collégio de Meninas de Berta Jeanneret, o Collegio Pedro II²² e o Collégio Acácia. As matemáticas não tinham então um peso significativo na grade do ensino feminino, que era mais recheado pelas disciplinas das “áreas humanísticas”. Já no ensino masculino predominava as áreas ditas “científicas”. Esse fato também foi averiguado em uma pesquisa realizada na cidade do Rio de Janeiro, que também utilizou a propaganda como fonte. No que se refere ao ensino feminino, Aline de Moraes Limeira afirma que:

²⁰ ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e Modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. Porto Alegre: 1996, p. 99.

²¹ LOURO, 1992.

²² No Brasil, no ano de 1837, fundou-se uma escola secundária no Município da Corte que serviu de modelo para todas as instituições de ensino do Império, entre públicas e privadas. Com a criação do então Collegio Pedro II, ainda que indiretamente, teve-se início a certa uniformização do ensino secundário no Brasil. Com a fundação desse estabelecimento de ensino instaurou-se um processo chamado equiparação, que permitia ao aluno o mesmo direito de acesso ao ensino superior do que os alunos do D. Pedro II.

[...] o mais recorrente é que qualquer complemento curricular estabeleça restrições às matemáticas (álgebra, aritmética, geometria) e fique condicionado a oferta de *'prendas que aperfeiçoam a educação de uma menina'*, como destaca o Colégio Nacional [...] ou o Colégio Augusto, onde somente pela vontade dos pais poderá ser aplicada a Aritmética²³. [sic]

Assim como em Pelotas, no Rio de Janeiro também foram encontradas instituições que ofereciam um repertório de disciplinas mais amplo do que se esperava para o ensino feminino, como aponta a pesquisadora:

[...] não podemos deixar de salientar, evidentemente, as marcas que descaracterizam uma imagem generalizante lançada a estas questões. Identificamos algumas instituições marcadas por tencionar estas tradições, como o Colégio de Meninas, dirigido por M.me. Lacombe, onde o destaque é para os estudos de algumas ciencias como aritmética, geometria e princípios da física²⁴. [sic]

Outrossim, o que era esperado com relação ao “belo sexo” não ficava em segundo plano nos programas dos colégios femininos em Pelotas. O Collegio Perseverança apresentava, em seu anúncio, a preocupação de acompanhar a moderna pedagogia, oferecendo as disciplinas exigidas nos preparatórios, mas sem deixar de lado os bordados e todos os ensinamentos “que não poderiam ser ignorados por uma menina bem-educada”:

²³ LIMEIRA, Aline de Moraes. *Práticas Educativas e publicidade: a iniciativa privada no Almanak Laemmert (1844-1859)*. Goiânia: Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação, p.3-8, 2006, p. 5. [Grifo da autora].

²⁴ LIMEIRA, 2006, p. 6.

COLLEGIO PERSEVERANÇA

Rua General Victorino num. 103

EMFRENTA AO CLUB COMMERCIAL

Este estabelecimento de instrução primaria e secundaria, consagrado á educação do sexo feminino reabrir-se-ha no dia 8 do proximo mez de Janeiro.

A directora desejando acompanhar o progresso que, a despeito de toda a nossa civilização se nota superiormente em alguns paizes sul-americanos, resolveu reformar o ensino primario, ponto convergente das vistas de toda a moderna pedagogia.

Para levar a effeito a reforma citada, a directora conta com a coadjuvação de professores habilitados e pensa dispor dos necessarios elementos afim de tornar esta aula um adiantado modelo.

Curso primario — Leitura, grammatica, analyse grammatical e logica, arithmetica pratica, historia e chorographia patria, noções de astronomia e geographia phisica e politica.

Curso secundario — Todas as materias que constituem o curso de preparatorios.

Trabalhos de agulha, bordados, todos os labores de tal ordem que não podem ser ignorados por uma menina bem educada, serão escrupulosamente ensinados neste estabelecimento.

Como ampliamto á educação domestica a directora dispõe da coadjuvação de uma senhora habilitada que ensinará trabalhos de modista.

A contribuição deste curso será paga separadamente.

Bellas-Artes — Musica, canto, piano e desenho. Pagamento á parte e mensalmente adiantado.

O collegio admitta alumnas internas, semi-internas e externas.

A DIRECTORA,
Maria Antonia Mursa.

N. 891 —10

Figura 1 – Anúncio do Collegio Perseverança.
Fonte: JORNAL A PÁTRIA, 07 jan. 1891.

Já no anúncio do Collegio São Francisco de Assis, uma instituição com caráter confessional, publicado em 7/01/1894, foi destacado que o propósito do colégio era preparar as alunas para uma educação religiosa e literária. Esse objetivo se refletiu em seu programa, que enfocava também a educação moral das meninas. Era mencionado ainda que a ausência de comportamento por parte das alunas, conforme os preceitos pregados pela instituição, ou a falta frequente às aulas, seria punida com expulsão. Acredita-se que, o fato de a falta de “docilidade” por parte das meninas ter ganhado espaço na propaganda pode significar que a instituição ou já havia passado por casos parecidos, ou não pretendia que tal episódio ocorresse. Além disso, era objetivo da escola, como foi destacado, inculcar nas alunas “o amor à docilidade e à modéstia”.

Quanto às instituições de ensino femininas, localizou-se ainda, uma escola que applicava na prática os ensinamentos ministrados às alunas com relação aos ensinamentos de agulha. Esse é outro traço do cotidiano escolar, presente em alguns anúncios referente à

aplicação do que era ensinado no ambiente interno da escola, ser exteriorizado e dividido com a comunidade, como ocorreu no Curso Particular. É curioso observar também que o curso oferecia vagas para alunas oriundas de escolas públicas, mas somente para as aulas de bordado. Além disso, o estabelecimento de ensino oferecia a mão-de-obra de suas alunas, não somente como um meio de divulgar o quanto elas aprendiam nessa instituição, mas também com o intuito econômico – que seria gerado com a comercialização das peças executadas no espaço escolar. O que parece, é que o foco do anúncio era o produto realizado pelas alunas, e não as possibilidades de ensino, como foi divulgado:



Figura 2 – Anúncio do Collegio Particular.

Fonte: JORNAL CORREIO MERCANTIL, 05 jan. 1894.

Em um artigo escrito pelo professor Bernardo Taveira Junior, um dos professores que mais atuou em Pelotas na virada do século XIX para o século XX, destaca-se um trecho em que aborda a educação feminina nacional e local:

[...] por que razão gostam tantos as moças do pó de arroz, dos brincos, dos pregadores, das pulseiras e dos annéis? [...] porque o fim de tudo isto é brilhar, excitar a admiração de quem as contempla [...] por que razão na educação da mulher, ainda mesmo pertencendo esta ás de mais modesta classe, concede-se muito mais á dança, ás etiquetas de salão, á melhor maneira de sentar-se ao piano [...] do que a um cem numero de cousas utilíssimas e necessárias no meio da vida domestica? E por que razão ainda são tantissimos pais (as maes principalmente) solícitos a mandar ensinar as filhas o francez, o italiano, o inglez, o allemão, etc.? Podemos conscientemente assegurar, porque ahi estão os factos para o comprovar, que essa educação é toda para produzir effeito porque a moda olharia com desdém para toda a moça de educação que não soubesse dançar [...] Mas não pense que se ensina tudo isso ás moças no sentido de que o possuir taes prendas seja motivo de verdadeira utilidade. Não há maior engano: é tudo inspirado pela tola vaidade de que uma moça de sociedade não deve ignorar todas essas cousas para simplesmente, segundo caprichosas exigências da moda, poder brilhar e applaudir em qualquer reunião [...] ²⁵ [sic]

O professor Taveira Junior, que lecionou em colégios femininos de Pelotas, questionou, então, os saberes destinados às mulheres nesse contexto histórico, em que muitas delas, como no caso do ensino secundário, davam continuidade aos seus estudos muitas vezes para acompanhar seus esposos e para brilhar nos espaços públicos e privados.

Conforme Tambara, o final do Império foi marcado por ganhar simpatizantes que defendiam e começavam a criar alternativas para a implantação de uma “emancipação feminina”, segundo ele: “em meados do século passado a concepção de ‘libertação’ da mulher através da educação passou a cativar cada vez mais adeptos [...] envolvendo tanto discussão teóricas como iniciativas concretas [...]”²⁶ Essa é uma preocupação que se revelou no texto do professor Taveira Junior. Além disso, também reforçou a ideia de que esse era um momento em que a educação, para as meninas, tinha como objetivo um contínuo desenvolvimento cultural. Acredita-se que o artigo escrito pelo professor pode ser considerado uma crítica ao fato de que mesmo as alunas de classes mais abastadas, pertencentes à elite pelotense, que, portanto, teriam condições para exigir mais da educação e da forma como aplicariam tais conhecimentos – também recebiam uma educação pautada, normalmente, pelo desenvolvimento da civilidade.

²⁵ Diário de Pelotas, 25 jan. 1881.

²⁶ TAMBARA, 2000, p. 71.

Isso se dava, segundo Louro, porque a valorização do ensino feminino tinha alguns limites, impostos pelas ideias vigentes na época, sobre os papéis femininos e masculinos²⁷. Tal entendimento está atrelado ao fato de que existem duas dimensões do conceito de gênero que supõem que a construção do masculino e do feminino não está inscrita apenas nas identidades individuais, mas na própria ordem social. Essa ordem, estabelecida por meio dos papéis sociais, era frequentemente publicada nos anúncios dos colégios analisados.

No que tange à instrução secundária, assistiu-se no Brasil a proliferação de aulas avulsas e particulares, que consistiam no ensino do Latim, da Retórica, da Filosofia, da Geometria, do Francês e do Comércio. Essas aulas, com o tempo, foram diminuindo porque não incluíam todas as matérias necessárias para os exames preparatórios; pela necessidade de os alunos terem de se deslocar até as residências dos professores; e também pelos encargos enfrentados pelos professores para manter o espaço onde ministravam as aulas. Esses cursos acabaram por serem procurados pelos alunos que queriam continuar a desenvolver-se culturalmente, sem terem intenção de ingressar no colégio ou ensino superior. Conforme Ribeiro, “mesmo em se tratando de uma sociedade aristocrática, o atendimento, em número, era muito limitado em tais circunstâncias. Estas, como é evidente, comprometem também a qualidade.”²⁸

Verificou-se que, nas primeiras décadas de século XIX, a situação do ensino secundário no Brasil era semelhante à da segunda metade do século XVIII, em termos de aulas-régias ofertadas. A mentalidade do ensino jesuítico continuou permeando os estudos secundários, “já que a maioria dos professores havia estudado nos colégios jesuítas existentes no Brasil, ou no Colégio de Artes e na Universidade de Coimbra – todos administrados por jesuítas.”²⁹ Aos poucos foi se rompendo a concepção do ensino clássico-humanístico dos jesuítas, com a introdução de novas disciplinas em diversos pontos do Brasil, como Retórica, Hebraico, Matemática, Filosofia, Teologia, Línguas Modernas, Ciências Experimentais, Grego, Comércio e Música.

Ao final do período, o aluno poderia prosseguir no próprio colégio e obter o diploma de Bacharel em Letras, ou requerer um certificado para ingressar em institutos de formação técnica. Ou ainda seguir nos chamados estudos da Segunda Classe, que lhe

²⁷ LOURO, 1992.

²⁸ RIBEIRO, 1978, p. 14.

²⁹ VECHIA, Ariclê. O ensino secundário no século XIX: instruindo as elites. In: BASTOS, Maria Helena Câmara (Org). *História e Memória da Educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004, p. 79.

propiciavam aprimorar os conhecimentos humanísticos e literários – que eram pré-requisito para ingressar nos cursos superiores. Para Rosa Fátima Souza,

[...] no ensino secundário o debate girou em torno da cultura humanística ou clássica-literária e a cultura moderna, cujas referências ancoravam-se no progresso científico e no caráter nacional (língua e literatura do país, história e geografia). Mesmo os ardorosos defensores da introdução das ciências nos programas não abriram mão do caráter distintivo de classe predominante no ensino secundário. Dessa forma, a redefinição dos currículos objetivou atualizar e ampliar a cultura geral das elites mediante o aprofundamento dos estudos em ciências e letras, colocando os jovens em contato com os novos temas culturais de seu tempo³⁰.

Já para Eduardo Arriada,

[...] no Império, o papel atribuído ao ensino secundário; cursos preparatórios de acesso aos cursos superiores; acabou decretando a falência de um ensino seriado, longo e metódico, com uma grade curricular que contemplasse várias áreas do saber. Em que pese constarem várias disciplinas nos programas do Liceu, acabavam sendo ministradas quase que inclusivamente aquelas requeridas para os exames preparatórios. Para que longos e penosos estudos? Estudam-se tão somente aquelas matérias exigidas³¹.

Com relação ao ensino secundário em Pelotas, assim como no resto do país, era normalmente caracterizado por aulas avulsas, que preparavam os alunos para prestar os exames de acesso ao ensino superior. Esse nível de ensino que estava concentrado nas mãos da iniciativa privada e possuía, fundamentalmente, como diretriz principal, o currículo, as matérias e os conteúdos do Colégio Dom Pedro II. Como em Pelotas no final do século XIX ainda não havia instituições equiparadas³², os exames preparatórios para ingresso no ensino superior só podiam ser realizados na capital da Província. Esses exames eram frequentemente divulgados na imprensa pelotense, em especial pelas instituições de ensino que conseguiam aprovar o maior número de alunos nas provas realizadas em Porto Alegre. Nessa perspectiva, outro aspecto bastante recorrente no que se refere ao ensino secundário, é a divulgação das aprovações dos alunos, nos exames, publicados nos anúncios.

Outro ponto observado no próximo anúncio, e que se repetiu em outras propagandas localizadas, foi a ocorrência de instituições oferecendo prédios distintos para o

³⁰ SOUZA, Rosa Fátima. Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil. *Caderno CEDES*, Campinas, vol. 5, no. 51, nov. 2000.

³¹ ARRIADA, Eduardo. *A Educação Secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: A Desoficialização do Ensino Público*. [Tese de Doutorado]. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC, 2007, p. 34.

³² Segundo Giana Amaral, as primeiras instituições de ensino equiparadas em Pelotas foram o Ginásio Gonzaga, em 1904, e o Colégio Pelotense, em 1906. AMARAL, Giana Lange do. *Gymnasio Pelotense e a Maçonaria: uma face da História da Educação em Pelotas*. Pelotas: Seiva, 2005, p. 136.

ensino secundário e primário, fato esse que ilustrou uma realidade encontrada no período analisado: que, em algumas, os alunos ficavam misturados, independentemente do nível de ensino em que estariam submetidos. Entretanto, o Collegio Evolução cumpria, segundo ele próprio anunciava, com “as exigências da moderna pedagogia”, ao separar os alunos do primário e do secundário, como apresentado nesta propaganda:

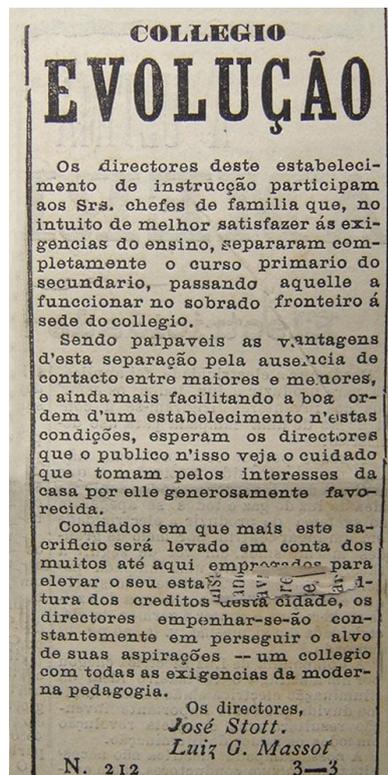


Figura 3 – Anúncio do Collegio Evolução.
Fonte: JORNAL A DISCUSSÃO, 01 abr. 1886.

Ainda no que se refere ao ensino secundário, os anúncios institucionais arrolados na pesquisa apontaram que, das 85 escolas encontradas, 60 chegaram a oferecê-lo na cidade, concomitante ao primário. Dessas, apenas 9 dedicavam-se integralmente a essa modalidade de ensino. Verificou-se ainda que o número de instituições de ensino secundário feminino (21) era significativo se comparado ao número de escolas secundárias masculinas (35)³³. De qualquer forma, é preciso considerar que a quantidade de alunos homens nas instituições era maior do que a das mulheres, chegando, muitas vezes, ao dobro desta.

³³ Ao investigar os anúncios coletados observou-se que em relação ao ensino secundário, a oferta do ensino primário era maior: 37 escolas femininas e 42 masculinas. Isso porque provavelmente eram poucos aqueles que conseguiam manter seus estudos em escolas privadas onde o nível secundário tornava-se, muitas vezes, mais oneroso do que o primário.

Ainda assim é importante refletir sobre o fato de que, no que tange aos saberes femininos, o ensino secundário era basicamente um complemento ao ensino primário. Além disso, tinha como público-alvo alunas com condições econômicas favoráveis que buscavam ampliar seus conhecimentos culturais, aprofundando o que foi visto no ensino primário (ver quadro 1) e dando continuidade às lições domésticas e às destinadas aos traquejos sociais, como pode ser observado em alguns anúncios. Já o foco do ensino secundário masculino, por sua vez, como mencionado anteriormente, estava, geralmente, na preparação dos alunos para o acesso ao ensino superior.

Com base nas propagandas das instituições que ofereciam o ensino secundário verificou-se que os seus discursos, em Pelotas, estavam pautados, geralmente, nos resultados obtidos por seus alunos nos exames para o ingresso no ensino superior, e que os seus calendários escolares ficavam condicionados às datas dos exames. Além de instituições de ensino com o foco voltado para os exames, encontrou-se também uma oferta de cursos que preparavam os alunos para o comércio. O Curso Commercial, fundado em 1879, dirigido por Eduardo Wilhelmy, que deixava claro no nome da instituição o tipo de ensino a que se dedicava, é um exemplo. Em sua propaganda, o diretor garantia a colocação de seus alunos no mercado de trabalho, além de um histórico para que a comunidade tivesse acesso à vida escolar de determinado aluno ao longo do curso. Percebeu-se, com isso, que essa era uma forma encontrada pela instituição de atestar a sua eficiência. Diferentemente dos preparatórios que possuíam uma maneira de “testar a qualidade” do ensino oferecido por meio dos exames, elas utilizavam, para isso, os cargos alcançados por seus alunos, como se pode observar no anúncio que segue:

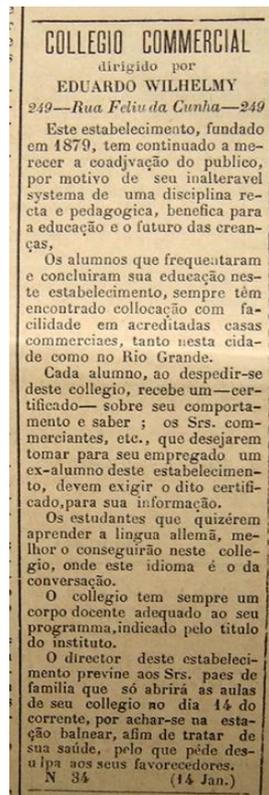


Figura 4 – Anúncio do Collegio Commercial.
Fonte: JORNAL DIÁRIO POPULAR, 10 jan. 1895.

Foi possível também constatar que os colégios, diferentemente dos preparatórios, além das disciplinas exigidas nos exames, ofereciam também aulas extras, normalmente pagas separadamente. Isso poderia significar que as disciplinas que não constavam nos exames não eram procuradas pela totalidade de seus alunos, caso contrário, fariam parte das cobranças trimestrais efetuadas pelas instituições. A lista de disciplinas dos colégios apresentava-se, muitas vezes, mais ampla do que a grade dos preparatórios. De qualquer forma, a conclusão de um curso secundário regular em escolas não equiparadas ao “Pedro II” não dava direito ao aluno de ingresso nos cursos superiores. Esses seriam obtidos somente através dos exames.

Diante do quadro exposto conclui-se que, em Pelotas, assim como no Brasil, a população recorria às aulas particulares, ou à generosidade alheia, para suprir a ausência do Estado na educação. Conforme Tereza Fachada Levy Cardoso:

[...] não havia disputa entre a escola pública e a particular nesse contexto, o que não deixa de ser um paradoxo, porque a Coroa portuguesa teve um grande empenho em elaborar uma legislação bastante restritiva, minuciosa, comprometida com uma idéia de progresso e de civilização, voltada tanto para a

implantação da escola pública quanto para o funcionamento da particular, sem no entanto promover condições reais de aplicabilidade da mesma³⁴. [sic]

Segundo essa estudiosa, mesmo durante o Período Imperial brasileiro, não se observa uma disputa entre o ensino público e o privado, uma vez que a escola pública não preencheu as necessidades da população. Por isso a escola particular mantinha um espaço de atuação que era complementar e não concorrente.

Nesse período em Pelotas, como mencionado anteriormente, existiu um conjunto de motivos que viabilizaram a instalação de instituições de ensino privadas. Dentre eles está, principalmente, a riqueza advinda da indústria do charque, a presença de uma elite e de seu consequente interesse em educar não somente os meninos como também as meninas; a tímida presença do poder público na esfera educacional, entre outros.

As instituições de ensino encontradas com o estudo eram divididas entre colégios para meninas e colégio para meninos. Os poucos espaços escolares identificados que abrigavam ambos os sexos dividiam-nos em salas separadas (inclusive nos momentos de intervalo) o que as caracterizam como instituições mistas. Em Pelotas, assim como no restante do Brasil, a coeducação³⁵, como é sabido, receberá especial investimento e atenção no âmbito da educação pública – em especial com o decreto de Leôncio de Carvalho, com os pareceres de Rui Barbosa (1879 e 1883). Nas instituições privadas de Pelotas, por sua vez, a coeducação no ensino privado só vai acontecer em algumas escolas nos primeiros anos do século XX e em grande parte delas apenas na segunda metade do século XX³⁶. Antes disso, como foi possível verificar com a pesquisa mais abrangente que originou este artigo, as propagandas impressas frequentemente demarcam as diferenças de gênero ofertadas pela iniciativa privada de Pelotas.

Considerações Finais

A primeira consideração necessária a ser feita é que o ensino privado em Pelotas predominou nos espaços da educação no período em que se investigou. Essa era uma hipótese que já considerávamos, em virtude das inúmeras pesquisas sobre a educação no

³⁴ CARDOSO, Tereza Fachada Levy. As aulas régias no Brasil. In: BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). *História e Memória da Educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004, p. 183.

³⁵ Modelo no qual meninos e meninas estudavam na mesma sala os mesmos conteúdos ministrados pelas(os) as(os) mesmas(os) professoras(es).

³⁶ NEVES, 2012.

período Imperial e no princípio da República Velha no Brasil, as quais apontam para este fato. Ao buscar encontrar elementos que diferenciavam, ou não, as instituições de ensino, procurando identificar as características do ensino primário e secundário nesse período, encontramos também as diferenças das ofertas de ensino para cada sexo. Isso ocorreu em virtude da legislação e do que era exigido aos níveis de ensino e aos gêneros – e também com relação às profissões existentes na época.

Assim, verificamos que existia uma diferenciação dos saberes ministrados nos estabelecimentos de ensino, tanto no primário, quanto no secundário, nos programas voltados para o ensino feminino e masculino, como já apontado. Essa realidade foi percebida também nos programas de instituições de outras localidades do estado e também na Corte e província do Rio de Janeiro. Contudo, diferentemente do que muitas pesquisas indicam, observamos que em Pelotas existiram espaços educativos que propiciavam ao público feminino saberes mais amplos do que apenas uma educação moral e doméstica ao sexo feminino – uma vez que, por vezes, ofereciam um programa escolar variado. Tais escolas acabavam por dividir o ensino primário e secundário, propiciando às meninas conhecimentos intelectuais e literários. O ensino primário era praticamente o mesmo oferecido aos meninos, enquanto no secundário, como já mencionamos, essa diferença era mais contundente – ainda que alguns espaços educativos de Pelotas tenham oferecido às jovens pelotenses um currículo mais amplo, do que era previsto na legislação.

Com isso, é também importante destacar que as instituições de ensino particulares femininas foram espaços educativos que privilegiaram a formação da elite feminina pelotense – que ampliava o repertório com a oferta de diversificadas matérias e habilidades, tais como aprendizagens de instrumentos musicais; dança; canto; em algumas escolas o ensino da matemática, além de diferentes idiomas (francês, alemão, inglês e italiano); matérias que eram valorizadas pela própria influência europeia da cidade e também pela presença de professoras estrangeiras vindas principalmente da Europa – que recorrentemente publicavam anúncios nos jornais locais. Ainda assim, essa ampliação de conhecimentos e habilidades referidas nas propagandas das instituições femininas, apesar de oferecerem uma instrução variada para as mulheres foi, notadamente, uma educação baseada na diferença entre os sexos e essa distinção estava vinculada às circunstâncias históricas específicas que separavam e diferenciavam as mulheres dos homens, oferecendo oportunidades distintas. Para os homens, como indicado, a formação os preparava para a

vida pública. Enquanto às mulheres, em grande parte dos espaços escolares, eram educadas para a vida doméstica – ajudando, portanto, a constituir a soberania do gênero masculino.

Concluiu-se, por fim, que os discursos sobre o ensino primário e o ensino secundário pautavam-se de forma diferente, já que esses níveis de ensino propunham-se a objetivos distintos. Enquanto o primeiro focava, além das primeiras letras, a preparação para a vida social, o segundo se pautava, principalmente, pela preparação para o ensino superior – que neste momento ainda era uma reserva de mercado para os homens. Contudo, justo nesse momento emergem os debates para a abertura do ensino superior que, finalmente, começava a ser permitido às mulheres.

Referências

AMARAL, Giana Lange do. *Gymnasio Pelotense e a Maçonaria: uma face da História da Educação em Pelotas*. Pelotas: Seiva, 2005.

ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e Modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. Porto Alegre: 1996.

ARRIADA, Eduardo. *A Educação Secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: A Desoficialização do Ensino Público*. [Tese de Doutorado]. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC, 2007.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. As aulas régias no Brasil. In: BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). *História e Memória da Educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O Público e o Privado na História da Educação Brasileira – Concepções e Práticas Educativas. In: LOMBARDI, José; JACOMELI, Mara Regina M.; SILVA Mara T. da (Orgs.). *O Público e o Privado na História da Educação Brasileira: concepções e práticas educativas*. Campinas: Autores Associados, 2005.

LIMEIRA, Aline de Moraes. *Práticas Educativas e publicidade: a iniciativa privada no Almanak Laemmert (1844-1859)*. Goiânia: Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação, p.3-8, 2006.

LOURO, Guacira. *Uma leitura da história da educação sob a perspectiva do gênero*. Porto Alegre: Teoria e Educação, 1992.

MAGALHÃES, Mario Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – Um estudo sobre a História de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: Editora da UFPel, 1993.

NEVES, Helena de Araujo. *A “Alma do Negócio”: Aspectos da educação em Pelotas-RS na Propaganda Institucional (1875-1910)*. [Dissertação de Mestrado]. Pelotas: Faculdade de Educação da UFPel, 2007.

_____. *O ensino privado em Pelotas-RS na Propaganda Impressa: séculos XIX, XX, XXI*. [Tese de Doutorado]. Pelotas: Faculdade de Educação da UFPEL, 2012.

REVERBEL, Carlos. *Um Capitão da Guarda Nacional – vida e obra de J. Simões Lopes Neto*. Caxias do Sul: Martins Livreiro, 1981.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da Educação Brasileira – A organização Escolar*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

SCHNEIDER, Regina Portella. *A Instrução Pública no Rio Grande do Sul 1770-1889*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993.

SCOTT, Joan. *Gênero: Uma categoria útil para análise histórica*. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1995.

SOUZA, Rosa Fátima. Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil. *Caderno CEDES*, Campinas, vol. 5, no. 51, nov. 2000.

TAMBARA, Elomar. *Problemas Teórico-Methodológicos da História da Educação*. Campinas: HISTEDBR, 2000.

_____; ARRIADA, Eduardo. *Coletânea de Leis sobre o ensino primário e secundário no Período Imperial Brasileiro*. Pelotas: Seiva, 2005.

VECHIA, Ariclê. O ensino secundário no século XIX: instruindo as elites. In: BASTOS, Maria Helena Câmara (Org). *História e Memória da Educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.